

Lei do Superendividamento será debatida em curso da EPM na terça (23/6)

19/06/2026

A Escola Paulista da Magistratura promove, na próxima terça-feira (23/6), o curso “Lei do Superendividamento: questões polêmicas nos recursos”, sob a coordenação dos desembargadores **Roberto Nussinkis Mac Cracken** e **Spencer Almeida Ferreira** e da juíza **Mônica Di Stasi**.

As atividades serão realizadas das 10 às 12 horas no auditório do Gade 9 de Julho, que fica na Rua Conde de Sarzedas, 100, em São Paulo, e por videoconferência pelo Microsoft Teams.

Atuarão como palestrantes os desembargadores **Alexandre David Malfatti** e **Gilson Delgado Miranda** e os coordenadores do evento. Serão debatidas, entre outras questões, os procedimentos administrativo e judicial da Lei do Superendividamento (Lei 14.181/2021), a definição e comprovação do mínimo existencial, a inclusão de empréstimos consignados na repactuação, a tutela de urgência e a recente decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento das ADPFs 1.005, 1.006 e 1.097.

A participação é gratuita e aberta a todos os interessados. São oferecidas 100 vagas presenciais e 200 à distância. Serão emitidos certificados àqueles que apresentarem 100% de frequência. Para registrá-la, o aluno da modalidade à distância deverá acessar integralmente a aula, ao vivo ou em até cinco dias corridos após a disponibilização da gravação na central de vídeos.

As inscrições podem ser feitas até o dia 21 de junho. Os inscritos serão matriculados automaticamente, respeitado o número de vagas.

Clique [aqui](#) para obter mais informações e [aqui](#) para se inscrever

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2026-jun-19/lei-do-superendividamento-sera-debatida-em-curso-da-epm-na-terca-23-6/>

Divulgação

Curso
Lei do Superendividamento:
questões polêmicas nos recursos

Presencial e on-line 23/6 10h às 12h

Coordenação

- Des. Roberto Nussinkis Mac Cracken
- Des. Spencer Almeida Ferreira
- Juiz Mônica Di Stasi

- Procedimentos administrativo e judicial da Lei do Superendividamento
- Definição e comprovação do mínimo existencial
- Inclusão de empréstimos consignados na repactuação
- Tutela de urgência
- Decisão do STF no julgamento das ADPFs 1.005, 1.006 e 1.097

Palestrantes

- Des. Alexandre David Malfatti
- Des. Gilson Delgado Miranda
- Des. Roberto Nussinkis Mac Cracken
- Des. Spencer Almeida Ferreira
- Juiz Mônica Di Stasi

INSCRIÇÕES ATÉ 21/6 www.epm.sp.jus.br

INSCREVA-SE AQUI

Gade 9 de Julho - Rua Conde de Sarzedas, 100

EPM

Inscrições para curso podem ser feitas até domingo